

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Portal Gov.br



Norma protege contra obstáculos no processo de matrícula

Nova lei dá prioridade a alunos PcDs em escolas do Rio

Uma nova legislação garante prioridade para pais e responsáveis por alunos com deficiência ou mobilidade reduzida na escolha de unidades da rede pública de ensino do Rio de Janeiro. A regra está prevista na Lei 11.209/26, de autoria do deputado Thiago Gagliasso (PL), sancionada pelo Governo do Estado e publicada no Diário Oficial desta terça-feira (2). O direito de preferência vale para a matrícula inicial e também para o remanejamento. Caberá à Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) a organização do atendimento. “Essa norma busca assegurar o desenvolvimento pleno e o bem-estar dos estudantes que já demandam cuidados específicos”, defendeu o autor da proposta.

Detalhes técnicos e veto parcial

A Seeduc deverá divulgar uma lista com a acessibilidade, equipe multidisciplinar e práticas pedagógicas de cada escola. Qualquer discriminação ou barreira na matrícula será punida. O governador em exercício, Ricardo Couto, vetou o artigo que obrigava o Estado a fazer obras imediatas de adaptação nas unidades escolhidas que ainda não estivessem prontas. O argumento foi a falta de impacto orçamentário.

Erick Quintanilha/Alerj



Proposta promove a distribuição equilibrada de recursos

Alerj propõe mais verba à saúde

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) planeja propor emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2027) para aumentar os repasses de saúde aos municípios. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, Douglas Ruas (PL), em audiência pública com prefeitos fluminenses. A proposta cria um piso mensal de R\$ 3 milhões por cidade para equilibrar a distribuição de verbas, que hoje sofrem com atrasos frequentes. A medida visa adotar critérios técnicos e dar segurança financeira para os gestores locais organizarem os serviços.

Calendário e outras cobranças

O projeto também pretende instituir por lei um calendário fixo de pagamentos, garantindo previsibilidade mensal. Durante o encontro, os prefeitos também cobraram verbas para a conservação de rodovias estaduais pelo DER-RJ. O presidente da Comissão de Orçamento, Gustavo Tutuca (PP), lembrou que o cenário fiscal é delicado, com déficit previsto de R\$ 13 bilhões para o próximo ano.

Alerta virtual

A Alerj aprovou o projeto de lei do deputado Anderson Moraes (PL) que cria uma campanha contra o estupro virtual nas escolas públicas e privadas do Rio. O objetivo é combater a violência digital contra menores por meio de palestras, seminários e parcerias com a Polícia Civil. O texto segue para sanção do governo.

Bolsa Família

Mais de 393 mil famílias do Rio deixaram o Bolsa Família desde 2023 após superarem a pobreza, colocando o estado em 5º lugar no ranking nacional de saídas. Só em maio de 2026, foram 15,7 mil desligamentos no RJ, liderados pela capital (4.387). O avanço é impulsionado por empregos formais e pela Regra de Proteção do programa.

Ensino bilingue

O Governo renovou a parceria com a França para fortalecer as três escolas estaduais interculturais Brasil-França, em Niterói, Mesquita e Volta Redonda. O acordo foi assinado pelo governador em exercício, Ricardo Couto, e o embaixador Emmanuel Lenain. O modelo oferece ensino de tempo integral e formação bicultural.

Febre amarela

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ) emitiu um alerta técnico para reforçar a vigilância contra a febre amarela no Rio. Embora o estado não tenha casos, o avanço da doença em São Paulo e no Pará ligou o sinal de alerta. O monitoramento de mortes de macacos, que servem como sentinelas do vírus, foi intensificado, e a vacinação é prioritária.

Tradição

São Gonçalo realiza nesta quinta (4) a celebração de Corpus Christi, que deve atrair 120 mil pessoas. O evento terá a montagem de 236 tradicionais tapetes de sal a partir das 7h, missa às 16h conduzida por Dom Geraldo de Paula e procissão. Ruas do Centro serão interditadas para o tráfego já na noite de quarta-feira (3).

Limpeza do canal

A Prefeitura de Cabo Frio realizou uma operação de recuperação ambiental no Canal do Itajuru nesta terça (2). A ação integrada da Comsercaf, Secretaria de Meio Ambiente e Guarda Marítima retirou estruturas submersas, barcos abandonados e resíduos. O foco foi melhorar as condições ambientais e a segurança do local.



Estado é exemplo em qualificação e organização turística

Rio alcança liderança nacional no Cadastur

Estado atinge 99,95% de regularidade no turismo

Por Déborah Gama

O Estado do Rio de Janeiro alcançou o topo do ranking nacional de regularidade no Cadastur, o sistema oficial do Ministério do Turismo que reúne prestadores de serviços do setor. Como reflexo de ações coordenadas, o número de registros regulares saltou de 11.788 em dezembro de 2023 para 27.983 em maio de 2026 — um crescimento de 137,4%.

Os dados consolidados revelam uma redução histórica nas pendências. Em abril de 2025, o estado acumulava mais de 14 mil registros vencidos. Em 2026, esse número caiu para apenas 153 pendências. Com 24.490 prestadores em dia, o Rio atingiu o índice de 99,95% de conformidade, superando a média nacional, que fechou em 97,98%.

Esforço conjunto e fortalecimento do setor

O avanço é resultado de um trabalho estratégico liderado pela Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ) e pela TurisRio. A companhia intensificou as campanhas de orientação, busca ativa e desburocratização para atualizar os dados das empresas fluminenses.

“Esse resultado mostra que o Rio de Janeiro está cada vez mais preparado para receber turistas com qualidade, segurança e profissionalismo. O Cadastur dá mais confiança ao visitante e

amplia oportunidades para quem trabalha no setor turístico”, destacou o secretário de Estado de Turismo, Lucas Alves.

Vantagens para profissionais e turistas

Estar regularizado no Cadastur assegura benefícios diretos para a cadeia produtiva, como acesso a linhas de financiamento em bancos públicos, programas de qualificação profissional, incentivos fiscais e o direito de participar de feiras e ações promocionais do governo.

Para o consumidor final, a plataforma serve como um selo de garantia. Ao planejar viagens ou contratar guias, agências e hotéis cadastrados, o visitante tem a certeza de que a empresa opera dentro das normas legais, reduzindo drasticamente os riscos de golpes e garantindo maior credibilidade ao destino.

O papel da plataforma nacional

O Cadastur é gerido pelo Governo Federal e funciona como o principal termômetro de formalização do turismo no país. O registro é obrigatório por lei para diversas categorias, como transportadoras turísticas, organizadores de eventos, acampamentos e parques temáticos. O protagonismo do Rio consolida o estado como referência em gestão e governança da atividade turística no Brasil.